



Jornalismo na lógica descolonial: o caso do *Nós, Mulheres da Periferia*

Cláudia Lago¹
ECA/USP

Gean Oliveira Gonçalves²
ECA/USP

Evelyn Medeiros Kazan³
ECA/USP

Resumo: Este artigo busca pensar o Jornalismo em sua relação com os Estudos de Gênero e, especialmente, a perspectiva decolonial. A partir da discussão sobre a matriz epistêmica do Jornalismo, calcada em uma racionalidade positivista, aborda movimentos que questionam esta perspectiva, notadamente, de alguns anos para cá, aqueles que se organizam a partir dos Estudos de Gênero. Em seguida, aprofunda esta perspectiva, correlacionando-a aos estudos decoloniais, enfatizando autoras feministas deste campo. Com este arcabouço teórico analisa criticamente textos emblemáticos do site *Nós, Mulheres da Periferia*, pensado enquanto uma produção de resistência de agentes subalternos neste contexto.

Palavras-chave: Jornalismo; Novas Epistemologias; Estudos de Gênero; Pensamento Decolonial; *Nós, Mulheres da Periferia*.

¹ Professora da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, ligada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação. E-mail: claudia.lago07@usp.br

² Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da ECA/USP. E-mail: gean-goncalves@usp.br

³ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da ECA/USP. E-mail: evelyn.kazan@usp.br

1. Introdução

Dentro dos Estudos sobre o Jornalismo, verifica-se um movimento recente que põem em relevo as marcas de gênero na sua matriz epistêmica, até então não tão evidenciadas.

O aporte dos Estudos de Gênero, por meio dos diálogos e tensões propostas por autores/as que por décadas tem desenvolvido potentes diagnósticos sobre a construção social de tudo que é naturalizado como proveniente do humano, aponta de diversas formas as distinções e desigualdades produzidas nestes processos, incluindo aí as referências aos campos de produção simbólica, lugar do Jornalismo. Um movimento, como enfatizamos, recente, que se soma a esforços de teóricos/as ligados ao campo, que apontam em seus trabalhos para a força da herança positivista nos dogmas, nos pressupostos e nos valores que balizam a prática profissional.

Este novo olhar constrói-se na articulação de questões específicas: como produzir um jornalismo capaz de dar conta da diversidade social, respeitando a alteridade, produzindo representações que não reforcem estereótipos e reducionismos de gênero/raça/classe, para pensar apenas em três intersecções possíveis?

Coerente com o tamanho e dificuldade desta empreitada, inúmeras respostas e trajetos (sempre parciais) são indicados. A proposta deste artigo é, partindo da relação com os Estudos de Gênero e, especificamente, com ramo deste campo que dialoga com os estudos decoloniais, avançar na resposta a esta indagação. Para tanto, tomamos como objeto empírico o site *Nós, Mulheres da Periferia* produzido por jornalistas que se identificam enquanto mulheres periféricas, com o objetivo de furar a barreira da invisibilidade midiática sobre este heterogêneo grupo.

Iniciamos resgatando a construção da matriz epistêmica do Jornalismo, a partir de autores/as que a ela se dedicam há algum tempo e dos aportes recentes de autores/as que trazem dos Estudos de Gênero elementos para questionar e propor reconstruções desta matriz. Em seguida introduzimos a discussão sobre novas epistemologias possíveis, afunilando para os estudos feministas acerca do pensamento decolonial. Com esta

discussão, passamos a pensar o objeto empírico, buscando perceber sua construção em diálogo com esta nova episteme proposta – mesmo que não a ela referida de forma explícita.

2. Jornalismo: matriz epistêmica e questionamentos atuais

A aposta na objetividade, a noção de real, a afirmação dos dados e a precisão dos fatos na construção do relato são há tempos apontados por Medina (2008) como inerentes à matriz epistemológica do Jornalismo e oriundos de princípios positivistas. Estes princípios dão garantias aos operadores da informação jornalística visto que, ao se aproximar do fenômeno imediato, o Jornalismo expressaria uma forma de saber sobre a atualidade, a verdade simples e precisa.

Na esteira destas indagações já há algum tempo outros autores, como Resende, apontaram para a construção da narrativa no jornalismo a partir da ótica da possibilidade de organização de resistências (2005), e da relação com a diversidade (2009). Lago (2010), pergunta sobre como o jornalismo poderia narrar o Outro fora de uma perspectiva reducionista, para citar apenas alguns.

De acordo com Adghirni (2006), a pesquisa em comunicação no Brasil, e dentro dessa área, os estudos específicos em jornalismo, recebem profunda influência do pensamento francês. É muito comum encontrar referências francesas em textos científicos e teses e dissertações das universidades brasileiras que tratam sobre os fenômenos jornalísticos, nomes como os de Michel Foucault, Edgar Morin, Pierre Bourdieu, Michel Maffesoli, Dominique Wolton, só para ficar entre alguns. É desse lócus de pensamento que parte o modo dominante do campo para compreensão da produção simbólica: a análise das mensagens jornalísticas, dos processos discursivos e narrativos. Se estas matrizes já permitiam colocar em cena problematizações importantes, atualmente estudiosos/as e pesquisadores/as do campo, no afã de renovar as práticas jornalísticas, se dedicam cada vez mais à complexidade dos acontecimentos, dos protagonistas sociais, das circunstâncias sociais, culturais e históricas e, nessa perspectiva, a produção recente sobre jornalismo e gênero contribui para estremecer a matriz epistêmica do jornalismo, mais radicalmente, acreditamos.

Se as relações entre gênero e jornalismo eram relativamente negligenciadas nas reflexões de décadas anteriores, e forte motivo para crítica (Martinez, Lago, Lago; 2018), principalmente, com o gênero tomado como categoria de análise, a pujança desses olhares, e seu caráter subversivo, podem ser contemplados por meio de iniciativas como o dossiê temático Jornalismo e Estudos de Gênero, na **BJR** (2018, v. 14, n. 1), revista da Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo; pela coletânea *Desigualdades, relações de gênero e estudos em jornalismo* (Life Editora, 2018), feito pelo Grupo de Pesquisa em Teorias do Jornalismo da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom) e pelos infindáveis encontros científicos, chamadas em periódicos, livros e coletâneas especializados e demais iniciativas que tematizam os estudos de gênero no jornalismo e/ou na comunicação.

Neste cenário, as pesquisas em jornalismo convivem cada vez mais com autoras/es que pensam a diferença a partir de aportes que enfatizam a desconstrução, especialmente calcados no pós-estruturalismo, em relação aos Estudos de Gênero. O pressuposto que embasa estas teorizações é o de que populações são marginalizadas, privadas do reconhecimento e da possibilidade de se representar nos domínios políticos e intelectuais, nos campos de produção simbólica. O jornalismo, portanto, tem seus pilares (objetividade, neutralidade, impessoalidade) questionados a partir da constatação de que não dá conta da complexidade social, ao contrário, está a serviço do reforço de premissas excludentes. As teorizações são realizadas por diversos/as agentes, muitos/as deles/as marcados por esta exclusão⁴. Na mesma medida, novos aportes, noções e perguntas, desenvolvem a busca por outros rumos para a prática jornalística. É nesse sentido que a crítica da cultura realizada na relação com os estudos de gênero introduz fundamentais pontuações para as teorias do jornalismo⁵, em vários níveis.

Autoras/es, por exemplo, apontam para o jornalismo como uma construção generificada, a exemplo de Veiga da Silva e Marocco (2018, p. 33), que afirmam o caráter masculino e masculinizado do jornalismo:

⁴ Não é objetivo deste trabalho fornecer um quadro amplo desta onda que, no entanto, ainda não é hegemônica. Nonato e Lago (2017) oferecem um quadro parcial da pesquisa em jornalismo a partir deste olhar que pode ser consultado.

⁵ Adotamos como parâmetro para este apanhado artigos publicados no dossiê Gênero e Jornalismo da BJR em 2018 (v. 14, n.1).

Os fundamentos do bom jornalismo, inspirados nos fundamentos do cientificismo, se constituíram, também, de acordo com a normatividade social hierárquica que, numa analogia de gênero, aproxima do poder e do prestígio os atributos convencionados como masculinos.

Ao mesmo tempo, autoras/es como Barbosa e Varão (2018, p.14) reforçam o jornalismo como esfera do reconhecimento das populações e do acesso à cidadania, pontuando a necessidade de sua readequação para cumprir esta missão em relação às mulheres: “o jornalismo integra o tripé redistribuição-representação-reconhecimento que precisa ser transformado para garantir acesso paritário das mulheres à cidadania”, enquanto Gonçalves e Medina (2018, p. 58), pensam em estratégias para que jornalistas consigam narrar o Outro, no caso pessoas LGBT, propondo uma necessária aproximação de jornalistas com os/as protagonistas das políticas da diferença:

Em outra chave, autores/as como Castilho e Romancini apontam para a produção de resistências de sujeitos subalternos na mídia, como as estudantes secundaristas durante as ocupações das escolas públicas em São Paulo. Para os autores:

Elas, bem ou mal, figuraram tanto no jornal de referência, como na mídia alternativa como jovens protagonistas, maioritariamente mestiças ou negras e sempre em posições de confronto, o que pode ter sido interpretado pelas participantes como manutenção da imagem de “desordeiras”, mas, o que ficou no imaginário de muitos, como nós, é que elas representaram verdadeiras meninas de luta (2018, p. 301).

Todavia, as contribuições epistêmicas dos estudos de gênero às teorias do jornalismo parecem ser atravessadas por uma abordagem contemporânea predominante: a crítica à política identitária a partir do trânsito de uma teoria de gênero, em especial a teoria queer, proveniente de contextos do norte para o sul global (particularmente, América Latina e África). A predominância de teorizações provenientes de agentes situados no Norte Global, em que pese seu caráter subversivo em relação ao capitalismo moderno e ao mundo binariamente generificado, coloca em cena a hegemonia geoeistemológica deste espaço em relação ao Sul Global, mesmo que venha do Norte a crítica à predominância de uma perspectiva “branca” e de classe nas trincheiras do feminismo e dos estudos de gênero em geral⁶, por meio da perspectiva interseccional.

⁶ A intersseccionalidade é uma noção devota da intervenção feminista negra desafiando as ideias hegemônicas de raça, classe e gênero que existiam no âmago das correntes feministas, predominantemente, brancas. Embora, não se escape nessa recuperação de uma tradução de uma crítica situada, da crítica das fe-

Puar (2013) assume que a linguagem da interseccionalidade, na condição de marco teórico, indica um reconhecimento bastante tardio da necessidade de teorizar raça e também funciona como uma forma de a área dos estudos da mulher alcançar o nível desenvolvido nos Estados Unidos. O que, por essa razão, implica em não embolar a categoria “nação” nas categorias interseccionais, pois esta relação acaba por ignorar as intervenções pós-colonialistas e da periferia global que, desde 1990, desestabilizam os estudos de gênero e demais campos das teorias humanas e sociais, ao apontarem para a construção incessante, mesmo dentro das epistemologias desconstrucionistas, de diferenças hierárquicas de saberes entre centro e periferias.

Estas perspectivas colocam outras questões para os estudos sobre o jornalismo: o que se pode fazer para sua matriz epistêmica interagir com as mais recentes contribuições de teóricas e ativistas decoloniais, que se propõem a tecer possibilidades de saber não hierárquicas provenientes do Sul Global? É possível o jornalismo se descentrar do conhecimento colonial, tão forte no saber acadêmico quanto nas práticas de mercado? Existem outros fazeres, práticas, resistências, que dialogam com estas questões? É nesse sentido que olhamos para nosso objeto empírico, iniciando por aprofundar um pouco a discussão acerca destas novas epistemologias colocadas em cena contemporaneamente.

3. Mais de outras epistemologias

Contrapondo-se a um pensamento eurocêntrico, que localiza a possibilidade da racionalidade a partir da Europa (e posteriormente Estados Unidos, mas já sob esta base cristalizada), teóricos/as de vários lugares geográficos e proposições distintas, filiam-se ou são filiados/as a um novo eixo de produção de racionalidade, o eixo do Sul Global.

Estes/as teóricos/as pesquisadores/as, como identifica Ballestrin (2013), estão ligados/as ao que se denominou em termos de produção teórica de pós-colonialismo,

ministas negras nos Estados Unidos (Kimberle Crenshaw, Audre Lorde, Angela Davis, bell hooks) às feministas brancas de seu país, portanto, que se valem da categoria “mulheres de cor”, que ao ser abordada gera ruídos de tradução e de experiência histórica no Brasil. Além de desembocar no “entendimento implícito de que a interseccionalidade é uma ferramenta para diagnosticar diferença racial. Apesar de décadas de teorização feminista sobre a questão da diferença, esta continua sendo uma “diferença ‘em relação a’”, ou seja, a diferença em relação à “mulher branca”” (PUAR, 2013, p. 350).

contribuições especialmente produzidas em universidades americanas e inglesas, a partir dos anos de 1980, que se contrapõem à perspectiva hegemônica da modernidade racional. Movimento teórico possível e relacionado ao processo de descolonização dos países periféricos a partir especialmente da metade do século XX – especialmente estados asiáticos e africanos, posto que a América Latina passou pelo processo de descolonização (jurídico/político) no século XIX.

A adoção da perspectiva pós-colonial do ponto de vista teórico implica na ampliação do enquadramento das opressões a que são submetidos os povos, colocando em cena não apenas a opressão econômica (com a expropriação das riquezas), mas também aquelas relacionadas a uma estrutura que combina opressões raciais e de gênero⁷ e ancora-se na percepção de uma “relação antagônica por excelência, ou seja, a do colonizado e a do colonizador” (2013. p. 91). O movimento foi reforçado com a criação na década de 1970 do grupo sul asiático de Estudos Subalternos, com autores/as como Partha Chatterjee, Dipesh Chakrabarty e Gayatri Spivak, sob a liderança de Ranajit Guha, que sedimentou as bases para questionar a produção do conhecimento nas ciências sociais atreladas a um universo eurocêntrico. O ensaio de Spivak (2010), *Pode o Subalterno Falar* (lançado em 1985), é exemplar neste sentido, ao questionar a prática discursiva do intelectual pós-colonial, como Deleuze e Foucault, apesar da filiação da autora ao universo desconstrucionista.

Na década de 1990, mais precisamente em 1992, intelectuais latino americanos radicados especialmente nos Estados Unidos fundam o Grupo Latino-Americano dos Estudos Subalternos, inserindo a América Latina em um debate que até o momento centrava-se na experiência colonial asiática, ligada à relação com o império britânico, objeto de críticas já iniciais do Grupo.

Soma-se a esta crítica, a de que era necessária uma ruptura com autores eurocêntricos e a necessidade de pensar a América Latina em sua especificidade da experiência colonial -- a primeira a sofrer esta violência, que se refez na relação com o imperialismo americano (Ballestrin, 2013). À desagregação do grupo sobreveio aquele que

⁷ Ballestrin (2013) lembra que, apesar de associado e produto de estudos pós-estruturais, pós-modernos e desconstrutivistas, o pós-colonialismo é devoto de autores precursores, como Franz Fanon, Aimé Césaire e Albert Memmi, seguidos por Edward Said.

será conhecido como a produção original latino-americana dentro da esfera pós-colonial (termo criticado por estes teóricos), o Grupo Modernidade/Colonialidade, reunindo diversos/as autores/as, de onde se destacam Walter Dignolo, Enrique Dussel, Aníbal Quijano, Nelson Mandonado-Torres e Ramón Grosfoguel.⁸

As construções teóricas do Grupo são profícuas e provocativas, como o de Colonialidade do Poder, formulado por Anibal Quijano e apreendido por vários outros/as pesquisadores/as. O conceito fala sobre, conforme Grosfoguel, uma matriz de poder que “afeta todas as dimensões da existência social” (2010, p. 464). O autor amplia:

Indo um passo além de Quijano, conceptualizo a colonialidade do poder como um enredamento ou, para usar o conceito das feministas norte-americanas, de Terceiro Mundo, como uma interseccionalidade (Crenshaw, 1989, Fregoso, 2003), de múltiplas e heterogêneas hierarquias globais (heterarquias), de formas de dominação e exploração sexual, política, epistémica, econômica, espiritual, linguística e racial, em que a hierarquia étnico-racial do fosso cavado entre o europeu e o não-europeu reconfigura transversalmente todas as restantes estruturas globais de poder.

Em seguida Grosfoguel aponta elemento central da perspectiva da colonialidade do poder, qual seja, a de que “a ideia de raça e racismo se torna o princípio organizador que estrutura todas as múltiplas hierarquias do sistema-mundo”, organizando a população mundial segundo “uma ordem hierárquica de povos superiores e inferiores” (2010, p.465), ordem que estrutura não apenas a divisão de trabalho, mas também um sistema global patriarcalista, que o autor passa a denominar “sistema-mundo patriarcal/capitalista/colonial/moderno europeu, pois:

O Patriarcado europeu e as noções europeias de sexualidade, epistemologia e espiritualidade foram exportadas para o resto do mundo através da expansão colonial, transformadas assim nos critérios hegemônicos que iriam racializar, classificar e patologizar a restante população mundial de acordo com uma hierarquia de raças superiores e inferiores (GROSFUGUEL, 2010 p. 466)

Dentre as diversas implicações da conceituação está a de que “colonialidade e modernidade constituem duas faces de uma mesma moeda” (idem) e “permite nos compreender a continuidade das formas coloniais de dominação (2010, p. 467), em que as

⁸ Não é objeto deste texto uma análise específica do Grupo da M/C, mas sim elencar alguns dos conceitos que nos parecem operativos para pensar o objeto empírico selecionado. Para mais referências do histórico e perspectivas do Grupo ver Ballestrin, 2013.

“zonas periféricas mantêm-se numa situação colonial, ainda que já não estejam sujeitas a uma administração colonial” (2010, p.468).

A colonialidade do mundo persiste, pois é o que constitui a modernidade, estabelecendo hierarquias não apenas no eixo raça/etnia, se bem que este eixo foi estabelecido como essencialidade dentro do sistema, ou trabalho (articulado a raça), mas também de gênero, sexuais, epistemológicas, religiosas, a partir do estabelecimento da “diferença colonial”, segundo Mignolo (2013, s/p):

Na “/” [barra] que une e separa modernidade e colonialidade, cria-se e estabelece-se a diferença colonial. Não a diferença cultural, mas a transformação da diferença cultural em valores e hierarquias: raciais e patriarcais, por um lado, e geopolíticas, pelo outro.⁹

Os conceitos são ímpares para pensar a persistência, em pleno século XXI, de estruturas hierárquicas de poder em países periféricos, como o Brasil, que subalternizam populações pelo critério racial.

A perspectiva descolonial¹⁰ entrecruza-se com o pensamento feministas. Segundo Ballestrin, apesar de trajetórias distintas e transdisciplinares, “a crítica feminista e a pós-colonial compartilham de características e preocupações constitutivas dos movimentos históricos que as estruturam” (BALLESTRIN, 2017, p.1037). Autoras como Lugones (2014), dialogando diretamente com a perspectiva decolonial, aponta para a centralidade do gênero na matriz de poder da colonialidade, especialmente por introduzir dicotomias e hierarquias que acredita não existissem antes nas colônias invadidas, enfatizando que “a lógica categorial dicotômica e hierárquica é central para o pensamento capitalista e colonial moderno sobre raça, gênero e sexualidade”. (LUGONES, 2014, p.935), e que “conhecimentos, relações e valores, práticas ecológicas, econômicas e espirituais são logicamente constituídos em oposição a uma lógica dicotômica, hierárquica, “categorial”¹¹.(LUGONES, 2014, p. 936).

⁹ Entrevista de Mignolo para o portal IHU online, disponível em http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5253&secao

¹⁰ O termo preferido por autores do Grupo Modernidade/Colonialidade é decolonial, em vez de descolonial, para indicar a necessidade de uma des-colonização epistêmica e não apenas das estruturas de poder políticas e econômicas, que já aconteceram nas antigas colônias e não significaram o término das relações de opressão instaladas pelo colonialismo. Usaremos os termos como sinônimo.

¹¹ Há um debate importante sobre a ausência ou não de estruturas hierárquicas de gênero antes da chegada do colonizador, com extremos defendendo esta ausência, caso de Lugones, e o outro a existência destas

A perspectiva feminista em diálogo com a discussão da epistemologia decolonial aponta especialmente para possibilidades e permanência das resistências de mulheres *de cor*¹² dentro do sistema.

Dentro do sistema regido pela colonialidade, aparecem fissuras, produzidas por corpos subalternos em sua multiplicidade e heterogeneidade, a partir de seus lugares situados (HARAWAY, 1995), com ou sem a compreensão destes lugares, com ou sem uma vinculação à uma perspectiva radical como a teorizada pelos/as pensadores da decolonialidade. Mas uma frequência, uma “mentalidade descolonial, que se não conduz para uma transformação das relações sociais mais amplas, minimamente contribui para a transformação da percepção do mundo” (BERNARDINO-COSTA, 2007, 314) das/os envolvidos/a. Pensando com o autor que nem todo conhecimento produzido de baixo é epistemologicamente subalterno:

O ponto não é que a narrativa das trabalhadoras domésticas (*seus sujeitos de pesquisa, apontamento nosso*) seja melhor porque é uma narrativa subalterna, senão que tem a potencialidade de ser radicalmente crítica e de ser mais propensa a transformações (IDEM)

Acreditamos poder nos apropriar da perspectiva aberta por Bernardino-Costa para pensar o movimento produzido no/pelo Nós, Mulheres da Periferia, utilizando especialmente o conceito de escrita de mulheres (ANZALDÚA, 2000; 2005).

4. O caso do Nós, Mulheres da Periferia

O coletivo “Nós, mulheres da periferia” é formado por mulheres comunicadoras que nasceram, cresceram e ainda moram nas periferias, Norte, Sul e Leste de São Paulo. Estas mulheres, em 2012, publicam no Blog Mural (hoje Agência Mural de Jornalismo das Periferias), o texto *Nós, Mulheres da Periferia*, em que apontam para a invisibilida-

estruturas previamente. Apesar de importante não é possível no escopo deste trabalho situar este debate, mas nos parece interessante seguir a proposta de Segato (2012), que pensa em termos da existência prévia de um “patriarcalismo de baixa intensidade”, em que a dualidade não era pensada em termos de binaridade (e portanto exclusão de um dos pólos), mas de uma complementariedade de mundos resguardados em suas distinções.

¹² Aqui nos remetemos à perspectiva de Anzaldúa (2000) ao pensar as mulheres dos espaços subalternos, sejam elas índias, chicanas, negras, asiáticas.

de, para a complexidade do que é ser mulher na periferia, que envolve a não garantia dos direitos, além dos atravessamentos de gênero, raça e classe, principalmente. O artigo repercutiu e foi publicado em 7 de março na sessão Tendências e Debates¹³ do Jornal Folha de S. Paulo.

Em 2014 nove mulheres assumem o coletivo e lançam, em 8 de março, sua página do Facebook e, em 28 de maio do mesmo ano, o site¹⁴. Atualmente o coletivo é formado por seis comunicadoras que, por meio de seu site e de suas redes sociais, propõem-se discutir diferentes conteúdos e experiências a partir do olhar das vivências de mulheres das periferias. A linguagem é acessível e o fio condutor é pensar as mulheres periféricas a partir da intersecção gênero, raça, classe e território. Tanto no site quanto nas redes sociais, veiculam artigos embasados em depoimento de moradoras da periferia e em suas vivências, como também artigos que relatam e divulgam eventos na periferia, a partir de olhares contextualizados. Além disso abrem espaços de escuta e visibilidade, permitindo que outras mulheres publiquem suas histórias.

Ao olhar para o *Nós, Mulheres da Periferia*, nos interessa perceber como a escrita pode ser uma estratégia de resistência dessas mulheres frente ao sistema de informações jornalísticas que posicionam e enquadram as mulheres das periferias sob certas lógicas de subalternidade. Exercitamos uma leitura crítica a partir de três textos referenciais do site: *Manifesto, Nós somos pretas: 13 de maio e a condição das mulheres negras no Brasil* e *Respeite meu parto: A assistência humanizada precisa chegar na periferia*¹⁵.

A escolha desses textos também se dá pela recorrência dessas publicações por parte das autoras e pela estilística empregada, visto que são representativos do modo como o coletivo escreve. Não há classificação possível para os relatos publicados, são interpretativos, ora opinativos, ora informativos da realidade que as circunda. No

¹³ Artigo intitulado “Nós, Mulheres da Periferia. Link da matéria: <https://www1.folha.uol.com.br/paywall/signup.shtml?https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/29772-nos-mulheres-da-periferia.shtml>

¹⁴ <http://nosmulheresdaperiferia.com.br/>

¹⁵ Disponíveis respectivamente nos links: <http://nosmulheresdaperiferia.com.br/manifesto/>; <http://nosmulheresdaperiferia.com.br/noticias/o-quanto-somos-pretas-13-de-maio-e-condicao-das-mulheres-negras-no-brasil/> e <http://nosmulheresdaperiferia.com.br/noticias/respeite-meu-parto-a-assistencia-humanizada-precisa-chegar-na-periferia/>

começo dos anos 1980, Gloria Anzaldua (2000) defende a posição de que as mulheres de cor¹⁶ deveriam buscar uma escrita própria, modos para se expressar e não ser mais meros objetos de estudo, de curiosidade. Se os olhos do centro e do poder não as querem conhecer, as mulheres da periferia se valem do cotidiano para se apresentar em plena pluralidade de identidades e perspectivas de vida.

No texto *Manifesto*, extraordinário exemplo da forma como a complexidade social é construída pelo coletivo ao explicar quem são estas mulheres, percebe-se a marcação da linguagem pelo gênero, pela classe, pela raça/etnia, quando as autoras indicam o universo que compõem o ser mulher na periferia: “pobres, pretas, brancas, periféricas. Migrante, nordestina, baianinha, quilombola, indígena.” Há sinais do cotidiano, das batalhas do lar, da rua e do trabalho, como no trecho: “Somos a irmã que cuida dos irmãos mais novos até a mãe voltar do serviço. E que lava a louça do almoço enquanto o irmão vai jogar bola.” As autoras do coletivo se desdobram em múltiplas mulheres que exercem profissões variadas, possuem idades diversificadas e cujos gostos e interesses não são moldados exclusivamente pelo território da periferia.

Fala-se das mães, das avós, das filhas, das esposas, das mulheres solteiras, das responsabilidades, das transgressões, das dificuldades de se acessar os serviços públicos do Estado. Também se abrem brechas para abordar as violências de gênero, das ofensas aos assédios: “Somos aquela que, quando o cara pede, faz tudo o que ele quer. – “Piriguete, piranha, vaca, vadia, vagabunda, puta”. Registra-se ainda as lutas e os conflitos com as opressões: “Somos quem trabalha em mutirão carregando bloco e fazendo marmitta. Somos quem denuncia que a vizinha apanha do marido.”

Em *Nós somos pretas: 13 de maio e a condição das mulheres negras no Brasil*¹⁷, texto publicado em 13 de maio de 2018 na aba Notícias do site, assinado por Semayat S. Oliveira, a discussão é a negritude das mulheres periféricas. O texto baseia-se em dados estatísticos para apontar os indicadores que juntos montam o quadro da exclusão e da

¹⁶ Ao evocar as mulheres de cor, Anzaldua se refere à experiência das mestiças. Pela cor, a autora não fala apenas em termos de mulheres negras como comumente se expressa em textos feministas nos Estados Unidos e no Brasil, mas em todas as mulheres subalternizadas por não serem brancas.

¹⁷ Este texto é seguidamente republicado no site, pois foi escrito em 2014. E ganha nomes diversos. Na página em que está além do título já indicado, aparece: Nós, Mulheres da Periferia, somos majoritariamente pretas e A mulher negra na periferia da classe, igualdade e do direito.

opressão das mulheres negras e, ao mesmo tempo, apresenta enunciados que apontam para a intimidade e o lugar daquela que escreve, representando as mulheres negras periféricas, mixando uma escrita apoiada em dados com a da subjetividade da autora.

Dados sobre o número de mulheres negras questionam: “desse *mundaréu de números* (grifo nosso) fica a imaginação e a vontade de contabilizar as morenas claras, morenas escuras e moreninhas, que ainda firmam o pé no processo de identidade racial”. A pobreza e a exclusão que atingem as mulheres negras são pontuadas por todo o texto, sempre com base nos índices estatísticos¹⁸, para concluir “em termos de igualdade de gênero estamos *duas casas atrás no jogo da vida* (grifo nosso)”;

Os dados são apresentados para compor um retrato de exclusão tríplice, que entrelaça gênero, raça e classe, mas também para apresentar um cotidiano de resistências, seja apresentando o feminismo negro, seja citando mulheres que lutam, relembrando violências que se tornaram midiáticas, vividas por mulheres (e homens) na periferia.

Apesar de remeter-se a indicadores, que contribuem no jornalismo para garantir uma ancoragem do “real” narrado, o texto é permeado por um lugar de enunciação da mulher negra, que fala de si e de outras, com uma linguagem que se afasta dos cânones jornalísticos, como indicam nossos grifos. Repete-se neste texto a perspectiva estabelecida anteriormente no *Manifesto*:

Somos as netas da lavadeira, a filha da doméstica e a menina que aprende muito cedo a se virar sozinha, não contar com o pai ou seguir sem companheiros. Somos as mulheres que descendem de uma luta ancestral por liberdade, travada na África, senzalas, casarões, matas e quilombos. Somos quem aumenta a presença preta nas universidades e cerra os pulsos por espaço para o estudo e reflexão social e racial nesses ambientes.

No texto *Respeite meu parto: a assistência humanizada precisa chegar na periferia*, Mayara Penina também recorre aos dados estatísticos para identificar o aumento crescente das cesarianas e o debate público entre as mulheres sobre melhores

¹⁸ São apresentados dados como: 39,8% das mulheres negras estão em situação de pobreza, 26% lideram domicílios urbanos em favelas, 61,6% das empregadas domésticas são mulheres negras, 61,3% das beneficiárias do bolsa família são negras; mulheres negras tem remuneração inferior ao homem negro (que, por sua vez, tem remuneração inferior às mulheres brancas); mulheres negras jovens correspondem a 61% das mulheres vítimas de feminicídio.

práticas de assistência ao parto. A notícia se vale de tradicionais recursos jornalísticos como diagnósticos estatísticos e considerações de fontes especializadas, mas desloca a discussão rotineira da humanização do parto (que envolve prioritariamente mulheres brancas e de camadas abastadas) para a situação das mulheres periféricas. A fala do especialista é usada para comprovar o gap entre a violência obstétrica narrada nos jornais e a vivida por mulheres periféricas: “quanto mais jovem, mais escura e mais pobre, maior a violência no parto”. A violência é contada a partir das falas dessas mulheres, que escutam rotineiramente: “Na hora de fazer, você não reclamou, agora aguenta” que, segundo o texto, “evidencia que o problema também é uma questão de gênero. Como se a gestante tivesse que se conformar com a sua dor. O racismo também vem à tona: são muitos os relatos de mães negras que recebem atendimento grosseiro e negligente devido a sua cor.

A jornalista dialoga com as leitoras e estimula a percepção de um lugar de violência específica, “Pergunte para suas vizinhas, suas amigas, quantas delas tiveram experiências libertadoras ao parir? Quantas delas têm boas lembranças? Quantas delas falam bem dos hospitais, dos profissionais?”, ao mesmo tempo em que provoca: “somos educadas para sermos mães, cuidarmos dos filhos e da família e nosso direito ao corpo não nos é assegurado”. É interessante ainda notar como temáticas lidas por um feminismo hegemônico como opressão da mulher são reaproximados dessas mulheres por uma outra frequência de luta: a maternidade, o cuidado e a família.

Os textos apresentados encaixam-se no que Anzaldúa (2000) descreve como espírito de revolta. O ato de escrever das mestiças (das periféricas) é uma estratégia de sobrevivência. É a criação de um eu, de autoconhecimento, sobre quem as mulheres foram levadas a reconhecer como “outro”. Nesse sentido, Anzaldúa enuncia:

Não começamos a escrever para reconciliar este outro dentro de nós? Nós sabíamos que éramos diferentes, separadas, exiladas do que é considerado “normal”, o branco-correto. E à medida que internalizamos este exílio, percebemos a estrangeira dentro de nós e, muito frequentemente, como resultado, nos separamos de nós mesmas e entre nós. Desde então estamos buscando aquele eu, aquele “outro” e umas as outras (2000, p. 232).

Na escrita, seja ela individual ou jornalística, as mulheres da periferia tramam contra o registro feito sobre elas, dissipam a sensação de falta de poder, mas também revelam medos e a opressão tripla ou quádrupla as quais são submetidas. Fazem desse

ato um modo de sentir o caminho, a trajetória das antepassadas, evocam realidades pessoais e sociais. Anzaldúa (2000) concebe essa fala como o discurso de quem não é ouvido, como geralmente ocorre com os loucos e com quem foi proibido/censurado. Desse modo, escrever expressa o anseio de falar, de elaborar o caos da vida, de exercer uma autoria, de quem sabe vocalizar sua existência, não ser mais um ruído urbano.

Os textos publicados podem ser pensados a partir de uma perspectiva descolonial, mesmo que a ela não se vinculem. Ao reivindicarem seguidamente o lugar no discurso para a subalternidade das mulheres periféricas, e ao construírem este lugar a partir de suas experiências, vidas e anseios, em uma teia de complexidade que se contrapõe ao reducionismo que as enquadra nos demais sistemas simbólicos, subvertendo as lógicas de produção jornalísticas nos textos autorais e subjetivados, o *Nós Mulheres da Periferia* se conecta a um polo de resistência, tornando-se mais um dos milhares de nós desta cadeia secular, urdida ininterruptamente, mesmo que invisibilizada, por todos/as que, desde sempre, exercem suas vidas contra o lugar de subalternidade imposto.

Referências

ADGHIRNI, Zélia Leal. O lugar do jornalismo na comunicação. **LÍBERO**, ano IX, n. 17, jun. 2006.

AGUIAR, Leonel; SILVA, Marcos Paulo da; MARTINEZ, Monica (orgs). **Desigualdades, relações de gênero e estudos de jornalismo**. São Paulo: Life Editora, 2018.

ANZALDÚA, Gloria. Falando em línguas: uma cartapara as mulheres escritoras do terceiro mundo. In **Estudos Feministas**, Ano 8, 1º semestre, 2000

_____. *La conciencia de la mestiza /Rumo a uma nova consciência*In **Estudos Feministas**, Florianópolis, 13(3): 320, setembro-dezembro/2005

Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo/SBPJor. **Brazilian Journalism Research**. Jornalismo e Estudos de Gênero, v. 14, n. 1, abril 2018.

BALLESTRIN, Luciana. América latina e o giro decolonial. In **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº11. Brasília, maio - agosto de 2013, pp. 89-117.

_____. Feminismos Subalternos. In **Estudos Feministas**, Florianópolis, 25(3): 530, setembro-dezembro/2017

BARBOSA, Karina Gomes; VARÃO, Rafiza. Erro, dúvida e jornalismo generificado: um olhar

sobre a cobertura de estupro a partir da reportagem "A rape on campus". **Brazilian Journalism Research**, v. 14, n. 1, abril 2018.

BERNARDINO-COSTA, Joaze. Colonialidade do Poder e Subalternidade: os sindicatos das trabalhadoras domésticas no Brasil In **Revista Brasileira do Caribe**, Goiânia, vol. VII, nº 14, p. 311-345, 2007

CASTILHO, Fernanda; ROMANCINI, Richard. Minas de luta na mídia: enquadramentos e percepções das ocupações escolares em São Paulo. **Brazilian Journalism Research**, v. 14, n. 1, abril 2018.

GONÇALVES, Gean; MEDINA, Cremilda. Signo da relação e os desafios das narrativas jornalísticas sobre as LGBT. **Brazilian Journalism Research**, v. 14, n. 1, abril 2018

GROSGOUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. In SANTOS, Boaventura de Sousa e MENESES, Maria Paula. **Epistemologias do Sul**. São Paulo, Cortez, 2010. pp 455-491

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. In **Cadernos Pagu** (5) 1995: pp. 07-41.

LAGO, Cláudia. Ensinamentos antropológicos: a possibilidade de apreensão do Outro no Jornalismo. In **Brazilian Journalism Research**. Brasília, SBPJor. v. 6, n. 1 (Junho de 2010).

LUGONES, Maria. Rumo a um feminismo descolonial. In **Estudos Feministas**, Florianópolis, 22(3): 320, setembro-dezembro/2014

MEDINA, Cremilda. **Ciência e jornalismo**: da herança positivista ao diálogo dos afetos. São Paulo: Summus, 2008.

MARTINEZ, Monica; LAGO, Cláudia; LAGO, Mara Coelho de Souza. Estudos de gênero na pesquisa em jornalismo no Brasil: uma tênue relação. **Famecos**: mídia, cultura e tecnologia. Porto Alegre, v. 23, n. 2, 2016.

NONATO, Cláudia e LAGO, Cláudia. A pesquisa em pós-graduação no jornalismo a partir da base de dados dos congressos SBPJor (2014 a 2016). In **Estudos de Jornalismo e Mídia**. Florianópolis, PosJor-UFSC, v. 14, n.2 (2017).

SEGATO, Rita Laura. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. In **e-cadernos CES** [Online], 18, 2012.

PUAR, Jasbir. "Prefiro ser um cyborgue a ser uma deusa": interseccionalidade, agenciamento e política afetiva. **Meritum**, v. 8, n. 2, 2013.

RESENDE, Fernando. Journalism Discourse and the narrative of resistance. In **Brazilian Journalism Research**. Brasília, SBPJor. v. 1, n.1(June, 2005).

_____ Representação das Diferenças no Discurso Jornalístico. In **Brazilian Journalism Research**. Brasília, SBPJor. v. 5, n. 1 (junho de 2009).

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?**. Editora UFMG, 2010.

VEIGA DA SILVA, Marcia; MAROCCO, Beatriz. O feminino no “livro de repórter”: uma mirada epistemológica de gênero sobre as práticas jornalísticas. **Brazilian Journalism Research**, v. 14, n. 1, abril 2018